

LEI Nº 3.138, DE 04 DE MARÇO DE 2011

Revogada pela Lei nº 3.820/2023

**~~DISCIPLINA A CRIAÇÃO, PROPRIEDADE,
POSSE, GUARDA, USO E TRANSPORTE DE
CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE
ALEGRE/ES.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, o Prefeito Municipal sancionou, e eu Presidente da Câmara Municipal, nos termos do § 7º do mesmo artigo promulgo a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º.** É livre a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos de qualquer raça ou sem raça definida no âmbito do município de Alegre, desde que obedecida à legislação municipal, estadual e federal vigente.~~

~~DO REGISTRO DE ANIMAIS~~

~~**Art. 2º.** Todos os cães e gatos residentes no Município de Alegre deverão, obrigatoriamente, ser registrados no órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou em estabelecimentos veterinários devidamente credenciados por esse mesmo órgão.~~

~~**§1º.** Os proprietários de animais residentes no Município de Alegre deverão, obrigatoriamente, providenciar o registro dos mesmos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação da presente lei.~~

~~**§2º.** Após o nascimento, os cães e gatos deverão ser registrados entre o terceiro e sexto mês de idade, recebendo, no ato do registro, a aplicação da vacina contra raiva.~~

~~**§3º.** Após o prazo estipulado no § 1º, proprietários de animais não registrados estarão sujeitos a:~~

~~I — Intimação, emitida por agente sanitário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, para que proceda ao registro de todos os animais no prazo de 30 (trinta) dias;~~

~~II — Findo o prazo previsto no inciso I, aplicação de multa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por animal não registrado.~~

~~**Art. 3º.** Para o registro de cães e gatos, serão necessários os seguintes documentos e sistema de identificação, fornecidos exclusivamente pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses:~~

~~**a)** formulário timbrado para registro (em três vias), onde se fará constar, no mínimo, os seguintes campos: número do RGA, data do registro, nome do animal, sexo, raça, cor, idade real ou presumida, nome do proprietário, número da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço completo e telefone, data da aplicação da última vacinação obrigatória, nome do veterinário responsável pela vacinação e respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), e assinatura do proprietário;~~

~~b) RGA (Registro Geral do Animal): carteira timbrada e numerada, onde se fará constar, no mínimo, os seguintes campos: nome do animal, sexo, raça, cor, idade real ou presumida; nome do proprietário, RG e CPF, endereço completo e telefone; e data da expedição;~~

~~c) plaqueta de identificação com número correspondente ao do RGA, que deverá ser fixada, obrigatoriamente, junto à coleira do animal.~~

~~**Art. 4º.** A Carteira do RGA do animal possuirá numeração única e deverá permanecer na posse do seu proprietário.~~

~~**Art. 5º.** Uma das vias do formulário timbrado destinado ao registro do animal deverá ficar arquivada no local onde o registro foi realizado; uma será enviada ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, quando o procedimento for realizado por estabelecimento conveniado; e a terceira via, com o proprietário.~~

~~**Art. 6º.** Para proceder ao registro, o proprietário deverá levar seu animal ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou a um estabelecimento veterinário credenciado, apresentando a carteira ou o comprovante de vacinação devidamente atualizado.~~

~~**Parágrafo único.** Se o proprietário não possui comprovante de vacinação contra raiva do animal, a vacina deve ser providenciada no ato do registro.~~

~~**Art. 7º.** Quando houver transferência de propriedade do animal, o novo proprietário deverá comparecer ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou a um estabelecimento veterinário credenciado para proceder à atualização de todos os dados cadastrais.~~

~~**Parágrafo único.** Enquanto não for realizada a atualização do cadastro a que se refere o "caput" deste artigo, o proprietário anterior permanecerá como responsável pelo animal.~~

~~**Art. 8º.** No caso de perda ou extravio da plaqueta de identificação ou da carteira de RGA, o proprietário deverá solicitar diretamente ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses a respectiva segunda via.~~

~~**Parágrafo único.** O pedido de segunda via será feito em formulário padrão desse órgão e uma via deverá ficar de posse do proprietário do animal, servindo como documento de identificação pelo prazo de 60 dias até a emissão da segunda via da plaqueta e/ou carteira.~~

~~**Art. 9º.** Os estabelecimentos conveniados deverão enviar ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, mensalmente, as vias do formulário de registro de todos os registros efetuados nos últimos 30 (trinta) dias.~~

~~**Art. 10.** Em caso de óbito de animal registrado, cabe ao proprietário ou ao veterinário responsável comunicar o ocorrido ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.~~

~~**Art. 11.** Ficam estabelecidos os seguintes preços públicos:~~

~~**I** — R\$ 5,00 (cinco reais) para registro de cão ou gato, a ser pago pelos estabelecimentos veterinários credenciados no momento da retirada das carteiras de RGA, formulários timbrados e plaquetas, ou pelos proprietários quando procederem o registro no próprio órgão;~~

~~**II** — R\$ 8,00 (oito reais) para o fornecimento de segunda via da carteira de RGA ou da plaqueta.~~

DA VACINAÇÃO

~~**Art. 12.** Todo proprietário de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato contra a raiva, observando para a revacinação o período recomendado pelo laboratório responsável pela vacina utilizada.~~

~~**Parágrafo único.** A vacinação de que trata o caput deste artigo poderá ser feita gratuitamente nas campanhas anuais promovidas pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou nesse órgão durante todo o ano.~~

~~**Art. 13.** O comprovante de vacinação fornecido pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses como também a carteira emitida por médico veterinário particular poderão ser utilizados para comprovação da vacinação anual.~~

~~**§1º.** Da carteira de vacinação fornecida pelo médico veterinário deverão constar as seguintes informações, obedecendo a Resolução Nº 656, de 13 de setembro de 1999, do Conselho Federal de Medicina Veterinária:~~

~~**I** — Identificação do proprietário: nome, número da Carteira de Identidade (RG) e endereço completo;~~

~~**II** — Identificação do animal: nome, espécie, raça, pelagem, sexo, data de nascimento ou idade (real ou presumida);~~

~~**III** — Dados das vacinas: nome, número de partida, fabricante, datas de fabricação e validade;~~

~~**IV** — Dados da vacinação: data da aplicação e revacinação;~~

~~**V** — Identificação do estabelecimento: razão social ou nome fantasia, endereço completo, número de inscrição no CRMV;~~

~~**VI** — Identificação do médico veterinário: carimbo constando nome completo, número de registro no CRMV e assinatura;~~

~~**VII** — Número do RGA do animal, quando já existente.~~

~~**§2º.** O comprovante de vacinação fornecido pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses deve conter o número do RGA do animal, quando este já existir, bem como a identificação do Médico Veterinário responsável e seu respectivo número de inscrição no CRMV.~~

~~**§3º.** Excepcionalmente e somente durante as campanhas oficiais, o comprovante de vacinação poderá ser fornecido sem identificação do médico veterinário responsável pela equipe, mas contendo o número do RGA do animal, quando existente.~~

~~**§4º.** No momento da vacinação, os proprietários cujos animais ainda não tenham sido registrados deverão ser orientados a proceder ao registro.~~

~~**Art. 14.** Todo animal, ao ser conduzido em vias e logradouros públicos, deverá usar obrigatoriamente coleira e guia adequadas ao seu tamanho e porte, bem como portar plaqueta de identificação devidamente posicionada na coleira e ser conduzido por pessoas com idade e força suficientes para controlar seus movimentos.~~

~~**Parágrafo único.** Em caso de não cumprimento ao disposto neste artigo, o proprietário estará sujeito à multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por animal.~~

~~**Art. 15.** O condutor do animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais eliminados pelo conduzido em vias e logradouros públicos.~~

Parágrafo único. ~~Em caso de não cumprimento ao disposto neste artigo, o proprietário estará sujeito à multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por animal.~~

Art. 16. ~~E de responsabilidade dos proprietários a manutenção de cães e gatos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como pela destinação adequada dos dejetos.~~

§1º. ~~Por condições adequadas de alojamento do animal considera-se local de permanência iluminado, ventilado, de dimensões compatíveis com seu porte, que lhe possibilite caminhar e abrigar-se de intempéries climáticas.~~

§2º. ~~Os animais devem ser alojados em locais onde fiquem impedidos de fugir e agredir pessoas ou outros animais.~~

§3º. ~~Os proprietários de animais deverão mantê-los afastados de portões, campainhas, medidores de luz e água e caixas de correspondência, a fim de que funcionários das respectivas empresas prestadoras desses serviços possam ter acesso sem sofrer ameaça ou agressão real por parte dos animais, protegendo ainda os transeuntes.~~

§4º. ~~Em qualquer imóvel onde permanecer animal bravo, deverá ser afixada placa comunicando o fato, com tamanho compatível à leitura a distância, e em local visível ao público.~~

§5º. ~~Constatado por agente sanitário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses o descumprimento do disposto no caput deste artigo ou em seus §§ 1º, 2º e 3º caberá ao proprietário do animal ou animais:~~

I ~~Intimação para a regularização da situação em 30 (trinta) dias;~~

II ~~Persistindo a irregularidade, multa de R\$ 100,00 (cem reais);~~

III ~~A multa será acrescida de 50% (cinquenta por cento) a cada reincidência~~

Art. 17. ~~Não serão permitidos, em residência particular, a criação, o alojamento e a manutenção de mais de 10 (dez) cães ou gatos, no total, com idade superior a 90 (noventa) dias.~~

§1º. ~~De acordo com a avaliação do agente sanitário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, que verificará a quantidade e porte dos animais, tratamento, espaço e condições higiênico-sanitárias onde os mesmos ficam alojados, este número poderá ser reduzido, a partir de laudo técnico e intimação do agente.~~

§2º. ~~Quando o agente sanitário constatar, em residência particular, a existência de animais em número superior ao estabelecido pelo caput deste artigo deverá:~~

I ~~Intimar o responsável pelos animais para, no prazo de 30 (trinta) dias adequar a criação à legislação;~~

II ~~Findo este prazo e caso as providências não tenham sido tomadas, aplicar multa de R\$ 100,00 (cem reais) e estabelecer novo prazo de 30 (trinta) dias;~~

III ~~Findo o novo prazo, a multa pode ser aplicada em dobro a cada reincidência.~~

§3º. ~~Excepcionalmente, será permitida, em residência particular o alojamento e a manutenção de cães ou gatos em número superior a 10 (dez), não ultrapassando o limite de 15 (quinze), no total, desde que o proprietário solicite, ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses uma licença especial e excepcional.~~

§4º. ~~Para solicitar a licença de que trata o artigo anterior, os proprietários de animais deverão fornecer ao órgão municipal pelo controle de zoonoses os números de RGA de todos os animais, comprovantes de vacinação contra a raiva, e descrição das condições de alojamento e manutenção dos mesmos, ficando a critério do agente sanitário responsável pelo processo a concessão ou não da licença.~~

~~§5º. Animais relacionados em licença fornecida pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses e que ultrapassem o limite de 10 (dez) nunca poderão ser substituídos em caso de óbito, perda, doação ou qualquer outro evento.~~

~~§6º. Os proprietários de animais cuja situação enquadre-se no § 3º terão prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta lei, para solicitar a respectiva licença. Findo este prazo, todos os proprietários de animais deverão se enquadrar no limite determinado pelo caput deste artigo.~~

~~**Art. 18.** Todo proprietário que cria cães e gatos com finalidade comercial, para venda ou aluguel, caracteriza a existência de um criadouro, independentemente do total de animais existentes, devendo registrar seu canil ou gatil no setor competente da Prefeitura e solicitar a respectiva licença, além de submeter seu comércio às demais exigências impostas na legislação municipal, estadual ou federal.~~

~~**Parágrafo único.** A licença mencionada no "caput" deste artigo deverá ser obtida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta lei.~~

~~**Art. 19.** É proibida a permanência de animais soltos, bem como toda e qualquer prática de adestramento em vias e logradouros públicos ou em locais de livre acesso ao público.~~

~~§1º. Adestramento de cães deve ser realizado com a devida contenção em locais particulares e somente por adestradores devidamente cadastrados por associações ou clubes cinófilos oficiais.~~

~~§2º. Em caso de infração ao disposto no caput deste artigo e § 1º, os infratores sujeitam-se à:~~

~~I — Multa de R\$ 100,00 (cem reais) para o proprietário do animal que estiver sendo adestrado em vias ou logradouros públicos, dobrada na reincidência;~~

~~II — Multa de R\$ 100,00 (cem reais) para o adestrador não cadastrado, dobrada na reincidência.~~

~~§3º. Se a prática de adestramento fizer parte de alguma exibição cultural e/ou educativa, o evento deverá contar com prévia autorização do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses;~~

~~§4º. Ao solicitar a autorização de que trata o parágrafo anterior, o responsável pelo evento, pessoa física ou jurídica, deverá comprovar as condições de segurança para os frequentadores do local, assim como as condições de segurança e bem-estar para os animais, além de apresentar documento com prévia anuência do órgão ou pessoa jurídica responsável pela área escolhida para a apresentação.~~

~~§5º. Em caso de infração ao disposto nos §3º e 4º, caberá:~~

~~I — Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a pessoa física ou jurídica responsável pelo evento, caso não exista autorização para a realização do mesmo;~~

~~II — Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a pessoa física ou jurídica responsável pelo evento, caso exista autorização mas esteja sendo descumprida qualquer determinação do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses.~~

~~**Art. 20.** Em estabelecimentos comerciais de quaisquer natureza, a proibição ou liberação da entrada de animais fica a critério dos proprietários ou gerentes dos locais, obedecidas as leis e normas de higiene e saúde.~~

~~§1º. Os cães guias para deficientes visuais devem ter livre acesso a qualquer estabelecimento, bem como aos meios de transporte público coletivo.~~

~~§2º. O deficiente visual deve portar sempre documento original ou sua cópia autêntica, fornecido por entidade especializada no adestramento de cães condutores habilitando o animal e seu usuário.~~

~~Art. 21. É proibido soltar ou abandonar animais em vias e logradouros públicos e privados, sob pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).~~

~~Art. 22. Os eventos que comercializam cães e gatos somente poderão ser realizados mediante autorização prévia do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, sob pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).~~

~~DA APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS~~

~~Art. 23. Fica o órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses autorizado a apreender e dar destino, a todo e qualquer cão ou gato, solto em vias e logradouros públicos.~~

~~§1º. Se o animal apreendido estiver devidamente registrado e identificado com sua plaqueta, conforme previsto na presente lei, o proprietário será convocado ou notificado para retirá-lo no prazo de 15 (quinze) dias, incluindo-se o dia da apreensão;~~

~~§2º. Os animais não identificados deverão ser mantidos no órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses pelo prazo de 15 (quinze) dias, incluindo-se o dia da apreensão;~~

~~§3º. Todos os animais apreendidos deverão ser mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, alimentação adequada e separados por sexo e espécie;~~

~~§4º. A destinação dos animais não resgatados obedecerá às seguintes prioridades:~~

~~I — Adoção por particulares ou doação para entidades protetoras de animais;~~

~~II — Doação para entidades de ensino e pesquisa, desde que seja obedecida rigorosamente a legislação municipal, estadual e federal vigente;~~

~~III — Devolvidos aos locais de onde foram retirados, depois de castrados, vacinados e vermifugados.~~

~~§5º. No caso de animais portadores de doenças e/ou ferimentos considerados graves, e/ou clinicamente comprometidos, caberá ao médico veterinário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, após avaliação e emissão de parecer técnico, decidir o seu destino, ainda que não decorrido o prazo estipulado no parágrafo segundo deste artigo.~~

~~Art. 24. Quando um animal não identificado for reclamado por um suposto proprietário, o órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses exigirá a apresentação do RGA visando a comprovação da posse.~~

~~Parágrafo único. Caso o cão ou gato apreendido nunca tenha sido registrado, o proprietário deverá proceder ao registro do animal no próprio órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, no ato do resgate.~~

~~Art. 25. Para o resgate de qualquer animal do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, é necessária também a apresentação de carteira ou comprovante de vacinação.~~

~~Parágrafo único. Não existindo carteira ou comprovante de vacinação atualizado, o animal só será liberado após vacinação.~~

~~**Art. 26.** O órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses não cobrará taxas relativas a adoção de animais domésticos.~~

~~**Parágrafo único.** Em casos de resgate de animais será cobrado o valor de R\$ 10,00 (dez reais), visando cobrir despesas com alimentação e hospedagem do animal.~~

~~**Art. 27.** São considerados maus tratos contra cães e/ou gatos:~~

~~**I**— Submetê-los a qualquer prática que cause ferimentos, golpes ou morte;~~

~~**II**— Mantê-los sem abrigo, em lugares impróprios ou que lhes impeçam movimentação e/ou descanso, ou ainda onde fiquem privados de ar ou luz solar, bem como alimentação adequada e água;~~

~~**III**— Obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ou castigá-los, ainda que para aprendizagem e/ou adestramento;~~

~~**IV**— Transportá-los em veículos ou gaiolas inadequadas ao seu bem-estar;~~

~~**V**— Utilizá-los em rituais religiosos, e em lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;~~

~~**VI**— Abatê-los para consumo;~~

~~**VII**— Sacrificá-los com métodos não humanitários;~~

~~**VIII**— Soltá-los ou abandoná-los em vias ou logradouros públicos.~~

~~**Art. 28.** Quando qualquer cidadão verificar a prática de maus tratos contra cães e gatos definidos no artigo anterior desta lei, deverá comunicar imediatamente à autoridade competente.~~

~~**Art. 29.** Ao tomar conhecimento da prática de maus tratos contra cães ou gatos, o agente sanitário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses deverá:~~

~~**I**— Orientar e intimar, imediatamente, o proprietário ou preposto para sanar as irregularidades nos seguintes prazos, a critério do agente:~~

~~**a)** em 7 (sete) dias;~~

~~**b)** em 15 (quinze) dias;~~

~~**c)** em 30 (trinta) dias.~~

~~**II**— No retorno da visita, caso as irregularidades não tenham sido sanadas, será aplicada multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por animal.~~

~~**Parágrafo único.** Em caso de reincidência, o proprietário ficará sujeito a:~~

~~**I**— Multa em dobro;~~

~~**II**— Perda da posse do animal.~~

~~**Art. 30.** Todo proprietário ou responsável pela guarda de um animal é obrigado a permitir o acesso do agente sanitário, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações emanadas.~~

~~**Parágrafo único.** O desrespeito ou desacato ao agente sanitário, ou ainda, a obstrução ao exercício de suas funções, sujeitam o infrator a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) dobrada na reincidência.~~

DO CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS

~~**Art. 31.** Caberá ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses a execução de Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos em parceria com~~

~~universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não governamentais de proteção animal e com a iniciativa privada.~~

~~DA EDUCAÇÃO PARA A PROPRIEDADE RESPONSÁVEL~~

~~Art. 32.~~ O órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses deverá promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo para tanto, contar com parcerias e entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais e governamentais, universidades, empresas públicas e/ou privadas (nacionais ou internacionais) e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários.

~~Parágrafo único.~~ Este programa deverá atingir o maior número de meios de comunicação, além de contar com material educativo impresso.

~~Art. 33.~~ O órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses deverá prover de material educativo também as escolas públicas e privadas e sobretudo os postos de vacinação e os estabelecimentos veterinários conveniados para registro de animais.

~~Art. 34.~~ O material do programa de educação continuada deverá conter, entre outras informações consideradas pertinentes pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses:

- ~~a) a importância da vacinação e da vermifugação de cães e gatos;~~
- ~~b) zoonoses;~~
- ~~c) cuidados e manejo dos animais;~~
- ~~d) problemas gerados pelo excesso populacional de animais domésticos e importância do controle da natalidade;~~
- ~~e) castração;~~
- ~~f) legislação;~~
- ~~g) ilegalidade e/ou inadequação da manutenção de animais silvestres como animais de estimação.~~

~~Art. 35.~~ O órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses deverá incentivar os estabelecimentos veterinários conveniados para registro de animais ou não, as entidades de classe ligadas aos médicos veterinários e as entidades protetoras de animais, a atuarem como polos irradiadores de informações sobre a propriedade responsável de animais domésticos.

~~Art. 36.~~ Os órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento e cadastramento de propagandas não autorizarão a fixação de faixas, "banners" e similares, bem como "outdoors", pinturas de veículos ou fachadas de imóveis com imagens ou textos que realcem a ferocidade de cães ou gatos de qualquer raça, bem como a associação desses animais com imagens de violência, conforme legislação municipal pertinente.

~~Parágrafo único.~~ Em caso de infração ao disposto no caput deste artigo, o infrator, pessoa física ou jurídica, estará sujeito a:

- ~~I — Intimação para sanar a irregularidade no prazo de 7 (sete) dias;~~
- ~~II — Persistindo a situação, multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada na reincidência.~~

~~Art. 37.~~ O órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses deverá dar a devida publicidade a esta lei e incentivar os estabelecimentos veterinários credenciados para

~~registro de animais e as entidades de proteção aos animais domésticos a fazerem o mesmo.~~

~~**Art. 38.** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Coordenação do Curso de Medicina Veterinária do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo, bem como com estabelecimentos veterinários e demais órgãos da União e do Estado em funcionamento neste território municipal.~~

~~**Art. 39.** O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.~~

~~**Art. 40.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.~~

~~**Art. 41.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 04 de março de 2011.

CLÁUDIO DA SILVA PASCHOA
Presidente da CMA